



AVISO DE RESPONSABILIDADE E FALTA _ BAIXO LEI UNIVERSAL-LEI NATURAL-DEREITO CONSUETUDINÁRIO ucc-3-503 /ucc-1-205/ucc-1-201
*** NÃO NEGOCIÁVEL * REPRODUZÍVEL EM JUIZO ANTE O PRIMERO CRIADOR**
“PRÉ-APROVADO, PRÉ-AUTORIZADO e PRÉ-PAGO
datado: 30 de setembro de 2024.

à Corregedoria Geral de Justiça do Distrito Federal - TJDFT
Ao Principal Corregedor de Justiça Desembargador Mário Zan Belmiro Rosa
Endereço: Fórum Desembargador Milton Sebastião Barbosa Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, 3° andar, Ala B, sala 311. Brasília - DF. Cep: 70094-900
e-mail: corregedoriadf@tjdft.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS D-U-N-S® Number: 911131105 endereço: do Buriti SN Palácio da Justiça Terr 70070-500 Brasília (plano piloto)

DISTRITO FEDERAL D-U-N-S® Number: 901311337 endereço: Anexo do Palácio Buriti s/n 10 Andar SL 1032 cep: 70075-900 Brasília (eixo monumental)

União FEDERAL D-U-N-S® Number: 914717124 endereço: dos Três Poderes s/n 70150-900 Brasília (Palácio do Planalto)

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO D-U-N-S® Number: 678736557 endereço: AV. L02 Sul 604 LT 23 ED PGR 70310-500 Brasília (SGAS)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA D-U-N-S® Number: 914590455 endereço: St SAF quadra 2 bloco E salas 100200300400 cobertura sala 2 Bloco F sala 100/200/300/400/COB 70070-600 Brasília (zona cívico administrativa)

https://drive.proton.me/urls/V5GX8YFBYG#9goG0FSsZ0tB

PRIVADO
Quem subscreve: Andressa:Pastre© e seu clã/tribo BC-24-131263
https://drive.proton.me/urls/MPHMC2CKDR#eru9oTJVBsNY
FN24/026269
https://drive.proton.me/urls/0MY2ZRP600#R5lxSVRVMB2F
Membra do Consejo Internacional de Derechos Natural - CIDDEN e Common Law Curt
(Tribunais de Direito Comum)

Disponente, beneficiario e agente autorizado da ficção jurídica ANDRESSA PASTRE© com código





assinado chamado DNI 5096295406
Endereço: Vale da Utopia
[rua Hercílio Nicolau dos Santos,15, Guarda do Embaú, Palhoça/SC Cep 88139470]
e-mail: aiaviva@hotmail.com

Assunto:

Primeiramente está o direito à liberdade de expressão. 1988, artigo 5º, parágrafo IV,
Declaração dos Direitos Universais
https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese

Eu, Andressa:Pastre© percebida mulher viva de carne osso e sangue flui. https://archive.org/details/declaracao-vivo-andressa._202408
Sob Direito Comum. Direito Natural. Direito do Criador. Direito Consuetudinário. Sob a jurisdição da Lei Natural. Membra do Cidden-Consejo Internacional de Derechos Naturais e Common Law Court - Tribunais de Direito Comun da Grã Bretanha e Internacional. Sou a única agente autorizada do Nome ficção Jurídica ANDRESSA PASTRE©. UCC-1-308. Sem prejuízo. Copyright Aviso do Autor.
https://archive.org/details/aviso-do-autor
Aviso Jurisdição Mulher Viva
https://archive.org/details/notificacao-jurisdicao-da-mulher-viva

Através deste AVISO DE RESPONSABILIDADE E FALTA / ucc-3-503 /ucc-1-205/ucc-1-201
•Aplica-se ucc-3-503 por desonra e Incumprimento.
•Aplica-se ucc-1-205 por tempo razoável.
•Aplica-se ucc-1-201 por má fé.Nos termos gerais qualquer lei aplicável para trazer direito civil à Corregedoria Geral de Justiça do Distrito Federal - TJDFT ao Principal Desembargador Mário Zan Belmiro Rosa,
Apresenta denúncia e reclamação de Direitos de mulher viva e seu clã/tribo.
https://archive.org/details/OPPTUCCFILINGS
https://archive.org/details/cestuiqueviesovereignty

Senhor Desembargador, declaro que vivo em terras nativas Y-bem-açá-ybu (Massiambu), topônimo dado pelos índios carijós tupi-guaranis que significava “o rio da barra”, lugar onde fiz assentamento com meu clã em PALHOÇA/SC, em Terras Nativas do Embaú, Topônimo das terras dados pelos índios carijós tupi-guarani que significa (“emba-u”: o beber da bica, “mbaú”: a última aguada.” mbaú": a comida, a bebida). Também chamado de Vale da Utopia. Local onde fiz assentamento com meu clã e que mais





tarde foram renomeadas GUARDA DO EMBAÚ, PINHEIRA -PALHOÇA/SC/BRASIL. terras de posse cedidas ao meu clã desde 1992, e
cadastrada por fraude pela Instituição Jurídica da Ficção Legal MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, Registros Públicos da comarca de Palhoça [Ação Cível, Pública Cível, Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios sob o Processo n° 0900 - 47 - 91. 2016.8.24.0045, Processo n° 0900 - 48 - 91.2016.8.24.0045 em 25/02/2016 18:19:11 com mandato de desocupação do local em nome de Ficção Jurídica ANDRESSA PASTRE e nome de Ficção Jurídica JESIEL BELIZARIO DOMINGOS.
https://archive.org/details/2-emenda-perpetuo-edito-alteracao

Através deste documento, apresenta-se denúncia ao **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina - Ministério Público do Estado de Santa Catarina** por todos os equívocos cometidos contra Mulher viva e seu clã/tribo.
Declaro sou privada e proprietária dos meus bens (meus filhos) e não titular. Em meu status de Mulher viva, não estou baixo nenhuma outra jurisdição como o Direito Positivo e a Lei do Almirantado Marítimo.

Declaro que o equívoco cometido pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina comarca de Palhoça/SC município da grande Florianópolis/SC ao determinar desapropriação e demolição da propriedade privada em que vivem homens e mulheres vivos, clã/tribo e também ao determinar a retirada dos nossos bens, Hasan: Domingos© e Kaya:Domingos© por linhagem de sangue e que por fraude dos agentes do Ministério Público do Estado de Santa Catarina fizeram sem o nosso consentimento e aceitação às certidão de nascimento em nome ficção jurídica HASAN PASTRE DOMINGOS© e KAYA PASTRE DOMINGOS©.
https://archive.org/details/aviso-do-autor

ESTADO DE SANTA CATARINA D-U-N-S® Number: 901333393 Rod SC 406, 4600 km 5, cep: 88032-000 , Saco Grande Ii, Florianópis/SC.

SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA D.U.N.S Number 901281790 Rua DOUTOR ALVARO MILLEN DA SILVEIRA 208 208 88020-180 FLORIANOPOLIS (CENTRO)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA D-U-N-S Number: 907147524 rua Bocaiúva 1792, Ed Casa do Barão BL B cep 88115530 centro, Florianópolis/SC.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DE SANTA CATARINA D-U-N-S Number: 913233099 Av Prof Othon Gama Deca 907 andar 7 sala 703 Ed Fleming cep:88015240 centro, Florianópolis/SC




1°Aviso/Notificação ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina Vara da Infância e Juventude
https://archive.org/details/notificacaoao-ministerio-publico-sc

2°Aviso/Notificação ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina
https://archive.org/details/2-aviso-notif.-mpsc-vara-infancia-e-juventude_202409
3°Aviso/Notificação ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina
https://archive.org/details/3-aviso-de-devoluca-o-mpsc

1° Aviso/Notificação ao Ministério do Estado de Santa Catarina Vara da Fazenda Pública
https://archive.org/details/aviso-mpsc-vara-fazenda

Aviso Propriedade
https://archive.org/details/aviso-propriedade_202408

2° Aviso/Notificação ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina Vara da Fazenda Pública
https://archive.org/details/2-aviso-not.-mpsc-falta

3° Aviso/Comunicado ao Ministério Público do Estado de Santa CatarinaVara da Fazenda Pública
https://archive.org/details/3-aviso-not.-mpsc-vara-fazenda-publica

Remedy. Rechaço Proposta de Contrato ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina Vara da Fazenda Pública
https://archive.org/details/remedy-rechaco-mpsc-vara-da-fazenda-publica

BRASÍLIA RECLAMAÇÃO DE DIREITOS
https://archive.org/details/reclamacao-de-direitos_202409

Declaro as evidências de homens e mulheres vivos em todos os Direitos Inalienáveis e que não estão sendo cumpridos, nem os pactos e juramentos feitos por Juízes e agentes do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e por aquiescência Incumprimentos perante o Direito Comum e ao UCC - Código do Comércio à todas as notificação enviadas aos mesmos. Ao qual a Corporação BRASIL (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL) responde por ser uma instituição embargada.
https://archive.org/details/notificacao-jurisdicao-da-mulher-viva





Constituição Federal O artigo 5º da Constituição Federal do Brasil estabelece que ninguém será submetido a tortura ou tratamento desumano ou degradante

O artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) estabelece que toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar a sua saúde e o seu bem-estar.

A Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o artigo 4 da DUDH estabelecem que ninguém será submetido à escravidão ou servidão.

A declaração Universal e a Constituição de 1988 Art. 5º, XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.
A vida liberdade e segurança: III. Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.[7]
Escravidão: IV. Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas. [8]
Tortura: V. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante
Pessoa Humana: VI. Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa humana, perante a lei.. [9]

Pacto de São José da Costa Rica 22 de novembro de 1969. direito à vida, à liberdade e à igualdade: Ninguém pode ser condenado por ações ou omissões que não sejam delituosas no momento em que foram cometidas;
Toda pessoa tem direito a ser indenizada se for condenada em sentença passada em julgado, por erro judiciário;
Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade;
A pena privativa da liberdade deve ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados.

Cânone 2057
Qualquer Administrador ou Executor que se recuse a dissolver imediatamente um Cestui Que (Vie) A confiança, mediante uma Pessoa que estabelece seu status e competência, é culpado de fraude e violação fundamental dos seus deveres fiduciários, exigindo a sua imediata
remoção e punição. (Pág 07)

Assim Os juizes do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e agentes, por ser uma Empresa/Corporação, fez-se um Contrato abusivo/Imposto sem o consentimento informado, além da desonra por ter negligenciado os avisos que foram constituídos em acordo por Aquiescência e Violaram todos os direitos de





homens e mulheres vivos. Direito de propriedade/ Bem; Direito de um contrato Voluntário;

Direito Comum. Direito Natural. Direito do Criador. Direito Consuetudinário; Direito Inalienável.

Aplica-se a Lei PADELHI TAXAS e Multas por todas as violações cometidas e que também serão Denunciados nós Tribunais de Direitos Comuns Internacional.

Datado (30/09/2024) no trigésimo dia do nono mês do Ano do Nosso Senhor 2024.

.



